



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO
CURSO DE TURISMO**

LUISA CARLA DA SILVA

**Rota turística fora do mapa: Limitações e potencialidades da Rota do Cacau no
município de Escada–PE**

**Recife
2025**

Rota turística fora do mapa: Limitações e potencialidades da Rota do Cacau no município de Escada-PE¹

Luisa Carla da Silva ²

Luciana Araújo de Holanda³

RESUMO: O turismo rural tem se destacado como tendência desde a pandemia da Covid-19. Fruto desse contexto, a Rota do Cacau no município de Escada-PE é analisada sob a ótica das suas potencialidades e limitações como um produto de turismo rural que se desenvolve fora do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e do Mapa do Turismo Brasileiro. O estudo buscou mapear e discutir os desafios estruturais e de gestão que impedem o atrativo turístico Rota do Cacau de alcançar seu pleno desenvolvimento, ao mesmo tempo que destaca os ativos singulares, como o patrimônio cultural (Engenho Conceição) e o potencial de geração de emprego e renda local. A metodologia adotada foi de natureza descritiva com abordagem qualitativa e estratégia de Estudo de Caso, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e de campo (entrevistas e observação *in loco*). Os resultados evidenciam a força do empreendedorismo privado (produção *tree to bar* de chocolate) em contraste com a fragilidade do suporte institucional e as carências de infraestrutura turística básica, bem como apontam o imperativo do município de Escada se integrar à política pública nacional de regionalização do turismo e estabelecer articulação e cooperação entre os demais municípios da zona da mata sul pernambucana.

Palavras-chave: Programa de Regionalização do Turismo; Turismo rural; Rota do cacau; Mapa do turismo brasileiro; Engenho Conceição.

ABSTRACT: Rural tourism has emerged as a trend since the Covid-19 pandemic. As a result of this context, the Cocoa Route in the municipality of Escada-PE is analyzed from the perspective of its limitations and potential as a rural tourism product that is developed outside the Tourism Regionalization Program (PRT) and the Brazilian Tourism Map. The study sought to map and discuss the structural and management challenges that prevent the Cocoa

¹ TCC no formato de artigo científico apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof. Me. Ewerton Santos (Examinador externo), Prof. Dr. Luis Souza (Examinador interno), na seguinte data: 15 de dezembro de 2025.

² Graduando em Turismo na UFPE.

³ Docente do Departamento de Hotelaria e Turismo da UFPE.

Route from reaching its full development, while highlighting unique assets such as cultural heritage (Engenho Conceição) and the potential for generating local employment and income. The methodology adopted was descriptive in nature with a qualitative approach and case study strategy, using bibliographic, documentary, and field research (interviews and on-site observation). The results highlight the strength of private entrepreneurship (tree-to-bar chocolate production) in contrast to the fragility of institutional support and the lack of basic tourism infrastructure, as well as pointing to the imperative for the municipality of Escada to integrate into the national public policy of tourism regionalization and to establish articulation and cooperation between the other municipalities of the southern forest zone of Pernambuco.

Keywords: Tourism Regionalization Program; Rural tourism; Cocoa Route; Brazilian tourism map; Engenho Conceição.

1 INTRODUÇÃO

O turismo configura-se como uma atividade econômica do setor terciário com expressiva contribuição para o desenvolvimento regional e local por meio da geração de emprego e renda, melhoria na infraestrutura, beneficiando turistas e comunidades receptoras. No Brasil, segundo o Ministério do Turismo, o setor turístico representa 8% do PIB nacional e é responsável por 6,59 milhões de empregos (MTur, 2024).

O mercado turístico abrange diferentes segmentos, com características e particularidades próprias. A segmentação turística permite identificar demandas e tendências mercadológicas, de modo a desenvolver produtos e serviços adequados e relevantes. Há diversos critérios para a segmentação de mercado, sendo o tipo de turismo, um dos mais utilizados para classificar os segmentos do turismo religioso, turismo cultural, turismo de eventos, turismo educacional, ecoturismo, turismo gastronômico, turismo de lazer e recreação, turismo de aventura e turismo rural (Barbosa, 2024; MTur, 2010), sendo este último o foco do presente estudo.

O segmento do turismo rural teve início na Europa, baseando-se no trabalho do agricultor, nas paisagens típicas do campo, na culinária típica de cada região agrícola e nas características rurais, visando atrair visitantes à lavoura e alimentando o imaginário do visitante que busca fugir da cidade. Realizado em pequena escala, o turismo rural contribui para diversificação da economia das regiões agrícolas onde é realizado, agregação de valor

aos produtos das fazendas, geração de renda extra para o produtor agrícola anfitrião e redução dos índices de êxodo rural (SEBRAE, 2023).

O turismo rural é um importante segmento turístico, pois promove a valorização das áreas rurais, suas tradições e modos de vida, conservação ambiental, além de contribuir para o desenvolvimento local. Trata-se de uma forma de turismo que envolve a visita e permanência em áreas rurais, proporcionando uma experiência autêntica da vida no campo, conhecendo sua história e cultura local. Segundo Solha (2012), destaca que o segmento contribui para a diversificação das atividades agrícolas, criando novas fontes de renda e ampliando a interação entre o meio urbano e o rural.

O turismo rural tem se destacado como tendência desde a pandemia da Covid-19. 2020 foi instituído pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como o ano do turismo para o desenvolvimento rural, reconhecendo o papel vital do turismo e da agricultura para comunidades em todo o mundo (UNWTO, 2020). No Brasil, o MTur focou no Turismo Rural para a retomada da atividade turística no contexto pós-pandemia. Cerca de 74% dos turistas que buscam esse tipo de atividade procuram o interior do país para vivenciar um contato direto com a natureza (MTur, 2023).

O Brasil oferece diversas opções de turismo rural em todas as cinco regiões geográficas. Há oferta qualificada de roteiros distribuídos em regiões turísticas nas 27 unidades da federação do país (MDA; MTur, 2006). Nesse cenário, a regionalização do turismo surge como uma estratégia fundamental para potencializar o turismo rural, especialmente em municípios do interior que ainda não fazem parte de políticas públicas estruturadas.

Por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), o Ministério do Turismo (2013) busca organizar o território nacional, promovendo a cooperação entre municípios com características e vocações semelhantes. O PRT foi desenvolvido com base na integração dos diferentes níveis de governo. Dessa forma, localidades que não são tradicionalmente turísticas podem se beneficiar indiretamente. Ao conectar o turismo rural com os objetivos da regionalização, amplia-se a chance de incluir esses destinos no mercado, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado.

No contexto estadual, o PRT é coordenado pela Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco (Setur-PE), em parceria com o Ministério do Turismo. Em Pernambuco, diversos municípios integram o Mapa do Turismo Brasileiro, compondo regiões turísticas que disponibilizam rotas e roteiros integrados. Entretanto, observa-se que, enquanto municípios

vizinhos na Zona da Mata Sul figuram no Mapa (como na região Águas da Mata Sul), Escada permanece fora dessa política pública, apesar de seu potencial latente.

A inclusão de municípios no PRT e no Mapa do Turismo permite o acesso a ações de capacitação, promoção e investimentos públicos, além de facilitar a cooperação entre prefeituras e o setor privado. A ausência de alguns municípios dificulta sua visibilidade no cenário estadual e nacional do turismo, e compromete o acesso a políticas públicas específicas e incentivos voltados à estruturação e promoção da atividade (MTur, 2023; SEBRAE, 2023).

Escada-PE não participa do PRT e não está incluído no Mapa do Turismo, o que acarreta limitações de acesso a recursos. Apesar disso, desenvolve-se no município a iniciativa denominada *Rota do Cacau*, liderada pelo Engenho Conceição. Fundado no século XIX, o engenho possui vasto patrimônio histórico e cultural. Trata-se de um atrativo que tem atraído visitantes interessados em vivenciar o plantio e colheita do cacau e a produção de chocolate artesanal. Observa-se, portanto, a ausência do poder público na promoção deste importante produto turístico, que busca por si só meios para se consolidar.

Debruçado sobre este cenário, este estudo se propôs a analisar o desenvolvimento da Rota do Cacau, criada pelo Engenho Conceição em Escada-PE, fora do Programa de Regionalização do Turismo. Para alcançar este objetivo geral, foi feita a caracterização do turismo rural no município de Escada-PE, a descrição do potencial turístico do Engenho Conceição e a identificação das potencialidades e limitações da Rota do Cacau.

Diante do exposto, o presente trabalho reveste-se de relevância ao articular as discussões sobre turismo rural e regionalização, contribuindo para a produção de conhecimento sobre experiências desenvolvidas isoladamente. A justificativa econômica torna-se robusta ao analisarmos os dados do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que indicam que a atividade industrial, majoritariamente ligada ao álcool da cana-de-açúcar, ainda representa cerca de 37% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal (TCE-PE, 2024). Sendo a monocultura da cana uma atividade sazonal, o turismo rural não deve ser encarado apenas como lazer, mas como uma estratégia vital para diversificar a matriz econômica, reduzir a dependência histórica do setor primário e dinamizar o setor de serviços, gerando novas oportunidades de emprego e renda para a população local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo Rural

No contexto das novas ruralidades, ou seja, de uma nova forma de ver o rural, não se limitando à produção agrícola, mas envolvendo múltiplas funções, como lazer, conservação ambiental e qualidade de vida (Graziano da Silva, 1999), emerge o turismo rural que configura-se como uma modalidade turística que valoriza o meio rural e promove o desenvolvimento local.

Zimmermann (1995) define o turismo rural como um segmento desenvolvido em áreas rurais produtivas, no qual os turistas se hospedam em propriedades rurais ou em meios de hospedagem adaptados, participando de atividades agropecuárias, culturais e educativas, além de consumir produtos locais. Essa concepção evidencia o caráter integrado do turismo rural, articulando produção agrícola, preservação do patrimônio cultural e interação entre visitantes e comunidades anfitriãs, aspectos centrais para a construção de experiências autênticas no meio rural.

A literatura internacional reforça essa perspectiva ao compreender o turismo rural como uma estratégia de diversificação econômica das áreas rurais, capaz de agregar valor aos recursos locais e fortalecer a identidade territorial. Autores europeus destacam que essa modalidade turística contribui para a revitalização do campo ao combinar atividades produtivas, lazer, hospitalidade e preservação do patrimônio natural e cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável e a permanência das populações no meio rural (Lane, 1994). Nessas abordagens, o turismo rural é entendido não apenas como uma atividade econômica, mas como um instrumento de valorização do território e de seus saberes tradicionais.

Contudo, é importante destacar que a classificação das atividades não é consensual na literatura. Dentre a variedade de ofertas — como colheita, produção de alimentos, trilhas e cavalgadas — surgem divergências terminológicas. Conforme Souza, Klein e Rodrigues (2019), o agroturismo liga-se às atividades agrícolas, enquanto o ecoturismo foca na exploração sustentável. Nesse sentido, Silva et al. (1998) sugerem que a denominação “turismo em áreas rurais” abranja não apenas as atividades de serviços agrícolas desenvolvidas dentro das propriedades rurais, tradicionalmente chamadas de turismo rural ou agroturismo, mas também outras formas de lazer no meio rural, como o turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de negócio e turismo de saúde.

Uma característica central do turismo desenvolvido em áreas rurais é a integração entre espaço, cultura, sociabilidade e economia do campo. Rodrigues (2000) destaca que essa

interação ocorre tanto no plano social e cultural, por meio do contato direto entre turistas e moradores locais, quanto no plano econômico, a partir das trocas estabelecidas entre visitantes, empreendimentos turísticos e a comunidade. Esse processo contribui para a valorização dos produtos regionais, o fortalecimento do comércio local e a preservação das tradições culturais, ao mesmo tempo em que promove experiências significativas para os visitantes.

Nesse sentido, o turismo rural também desempenha um papel relevante na conservação do patrimônio histórico, cultural e natural das áreas rurais. Lima Filho et al. (2004) afirmam que essa modalidade turística atua como fomentadora do desenvolvimento local ao estimular a proteção do ambiente e a valorização dos recursos culturais, criando condições para a sustentabilidade econômica e social dos territórios rurais. No Brasil, a partir da década de 1990, as iniciativas de turismo rural passaram a se estruturar de forma mais organizada, apoiadas por políticas públicas voltadas à diversificação das atividades no campo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, posteriormente, o Programa de Regionalização do Turismo (MTur, 2013; Souza et al., 2019).

O Ministério do Turismo (2004) define o turismo rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, relacionadas à produção agropecuária, que buscam agregar valor a produtos e serviços, além de resgatar e promover o patrimônio cultural e natural das comunidades locais. Essa definição orienta as políticas públicas nacionais voltadas ao segmento e reforça o papel do turismo rural como instrumento de desenvolvimento territorial.

Considerando essas particularidades, percebe-se que o turismo rural tem muito a se beneficiar quando inserido em estratégias mais amplas, como a regionalização do turismo. Ao ser articulado com outros municípios de perfil semelhante, esse tipo de turismo ganha visibilidade, estrutura e acesso a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integrado. A regionalização permite que iniciativas locais deixem de atuar de forma isolada, fortalecendo a criação de rotas, a valorização dos produtos e saberes do campo e a construção de uma identidade turística coletiva. Como destacam Beni (2006) e o Ministério do Turismo (2013), o planejamento regionalizado promove a cooperação entre municípios, amplia a competitividade e garante que as ações públicas e privadas atuem de forma coordenada em prol do desenvolvimento sustentável do território. Por isso, compreender a regionalização como instrumento de apoio ao turismo rural é essencial para promover o crescimento

sustentável em territórios que ainda lutam por reconhecimento e oportunidades no cenário turístico nacional.

2.2 Regionalização do Turismo

A regionalização do turismo torna-se um fator estratégico para o fortalecimento do turismo rural, pois permite a integração de municípios com características semelhantes que promovem seus atrativos de forma conjunta. Ao conectar diferentes localidades com vocação agrícola e cultural, a regionalização permite a construção de rotas integradas, amplia a circulação de visitantes e potencializa o reconhecimento de produtos locais (MTur, 2013).

Quando aplicada ao turismo rural, a regionalização possibilita a criação de rotas e circuitos que conectam diferentes experiências no campo, como produção agropecuária, gastronomia, manifestações culturais e belezas naturais. Essa integração favorece a divulgação conjunta dos atrativos, a qualificação dos serviços e a valorização das identidades locais, permitindo que municípios de menor porte alcancem maior visibilidade no mercado turístico. Nesse sentido, ao articular municípios com perfis semelhantes, a regionalização contribui para a preservação do patrimônio natural e cultural, o fortalecimento de cadeias produtivas locais e a promoção de um turismo mais sustentável e inclusivo (MTur, 2016).

Além de permitir a construção de roteiros e rotas turísticas com base nas identidades locais, a regionalização favorece o acesso a políticas públicas, capacitações, investimentos e ações de promoção. Integrar o turismo rural aos processos de regionalização já existentes é uma forma de promover desenvolvimento econômico, cultural e social de maneira mais justa e colaborativa. De acordo com Beni (2006), a regionalização do turismo contribui para o ordenamento do território turístico brasileiro, proporcionando maior eficiência na gestão e maior competitividade entre os destinos. Ademais, conforme Barroco (2010), a regionalização fortalece a governança territorial e estimula a integração de políticas públicas setoriais, fundamentais para o turismo rural.

Nesse sentido, compreender a regionalização do turismo como uma estratégia de organização territorial que deve ser proposta pelo poder público, autores contemporâneos reforçam que regionalizar não significa apenas delimitar áreas no mapa, mas aproximar decisões políticas das comunidades envolvidas. Como destaca Ana Paula Figueira durante o debate sobre regionalização no TURQUEST (2025), esse processo deve adaptar as políticas públicas às realidades locais e contribuir para a redução de desigualdades entre territórios.

Esse entendimento reforça que a regionalização é, sobretudo, um mecanismo de gestão compartilhada e desenvolvimento orientado pelas características e necessidades locais.

No contexto brasileiro, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) é o principal instrumento de implementação dessa estratégia, sendo adotado pelo Ministério do Turismo como política pública desde 2004. O PRT organiza e reconhece regiões turísticas com base em critérios como governança, infraestrutura, atratividade e participação dos municípios, incentivando a cooperação intermunicipal e a gestão compartilhada (MTur, 2025).

2.2.1 Programa de Regionalização do Turismo (PRT)

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), instituído pelo Ministério do Turismo em 2004, surge como uma estratégia de gestão descentralizada e participativa, tendo como foco principal o ordenamento, estruturação e promoção do turismo em todo o território nacional. A proposta do programa é articular os diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – junto à iniciativa privada e à sociedade civil, com o objetivo de planejar e desenvolver o turismo de maneira integrada e sustentável (MTur, 2013).

O Programa de Regionalização do Turismo é uma ampliação das ações do Programa Nacional do Turismo no que diz respeito ao planejamento estratégico regional, pois propôs ampliar a escala de gestão e planejamento do turismo, do município para a região, com objetivo de desconcentrar a oferta turística brasileira, interiorizar a atividade e incluir novos destinos no mercado interno e externo.

Segundo o Ministério do Turismo (2013), através do Programa, os municípios que não possuem uma clara vocação turística ou não recebem turistas em grande número, podem desempenhar papel relevante como fornecedores de produtos e serviços ligados à atividade turística.

O MTur juntamente com os órgãos oficiais de turismo dos estados e municípios iniciaram o processo de configuração das regiões turísticas e o resultado foi apresentado no documento intitulado Mapa do Turismo Brasileiro, que, em sua primeira edição, em 2004, expôs 219 regiões turísticas, abarcando 3.203 municípios (MTur, 2013). Em 2013, o Mapa apresentava 303 regiões turísticas, englobando 3.345 municípios. As regiões turísticas foram definidas, então, observando os seguintes critérios:

I – Os municípios devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem como região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum;

II – Os municípios devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros;

III – A Região Turística deve apresentar comprovação de ciência do Fórum ou do Conselho Estadual de Turismo acerca de sua composição.

Já no ano de 2016, incluídos os indicadores de desempenho turístico dos municípios, o mapa passa a ser constituído por 291 regiões e 2.175 municípios. Finalmente, em 2017, com a Portaria nº197 de 14/09/2017 (define o Mapa do Turismo Brasileiro 2017 e dá outras providências), estabeleceu-se no país o número de 328 regiões turísticas, que incluíam 3.285 municípios de todos os estados do país (MTur, 2013).

Para fazer parte do Mapa do Turismo Brasileiro – instrumento que operacionaliza o PRT – os municípios precisam atender a critérios como: possuir um órgão ou setor responsável pelo turismo, ter um plano de turismo atualizado, e comprovar a existência de fluxo turístico e prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur (MTur, 2024). O não atendimento a esses critérios compromete a inclusão do município no Mapa e, conseqüentemente, a possibilidade de acesso a políticas públicas, recursos federais, capacitações e ações promocionais.

A proposta do PRT visa desenvolver o turismo de forma regionalizada a partir de um planejamento coordenado e participativo, com o objetivo de descentralizar a atividade turística e deslocar a demanda para o interior, pois a oferta e a demanda predominam essencialmente no litoral (que são áreas urbanas, e nas capitais dos estados brasileiros e adjacências). A regionalização do turismo é fundamental para garantir que o desenvolvimento da atividade ocorra de forma cooperada e planejada, respeitando as peculiaridades de cada território (Nóbrega, 2023). Para Beni (2006), a atuação conjunta por meio de roteiros regionais permite que produtos turísticos complementares sejam promovidos de forma articulada, beneficiando inclusive os destinos de menor expressão individual.

Apesar da intencionalidade do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) em promover a difusão do turismo no conjunto do país, é notório um maior desenvolvimento nos municípios litorâneos, com destaque para as capitais e regiões metropolitanas, especialmente nas regiões sudeste e sul do país, conforme constatado por Rodrigo et al. (2019). Por outro lado, a exclusão de determinados municípios ou rotas do programa acentua desigualdades regionais, dificultando o acesso a investimentos e à inserção no mercado turístico nacional.

A despeito dos objetivos de inclusão e interiorização, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) tem sido alvo de críticas por sua seletividade espacial na alocação de recursos e atenção governamental. Estudos de caso em regiões com menor representatividade

turística demonstram que o movimento de concentração da política pública resultou na "exclusão de municípios menores e sem representação turística" (Silva, 2014). Essa exclusão é atribuída aos valores mercadológicos que acabam por guiar as decisões dos conselhos regionais, priorizando pólos consolidados em detrimento daqueles com potencial, mas com "frágil condição das secretarias de turismo" em termos de aparelhamento e recursos humanos (Silva, 2014). O fenômeno de municípios não categorizados, ou excluídos do Mapa do Turismo, não é, portanto, acidental, mas uma consequência direta da seletividade do planejamento na esfera federal, o que abre espaço para a busca de modelos alternativos de governança (Anjos; Andrade, 2020).

Diante da seletividade espacial e da baixa efetividade do PRT em municípios periféricos, emerge a necessidade de modelos alternativos de desenvolvimento e governança turística. Entre esses modelos, destacam-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs), entendidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que atuam de forma cooperativa em torno de uma atividade produtiva predominante, compartilhando infraestrutura, conhecimento e estratégias de desenvolvimento (Feger et al., 2008).

No turismo, os APLs têm se mostrado instrumentos eficazes para a organização territorial e a promoção de destinos, especialmente em contextos onde o poder público apresenta baixa capacidade de coordenação. Experiências internacionais, como os *Convention & Visitors Bureaux* em regiões turísticas de Portugal, demonstram o potencial da articulação entre empresários, associações e entidades de apoio técnico na consolidação de produtos turísticos regionais, mesmo fora de políticas nacionais estruturadas (Cunha, 2013). Um exemplo clássico de sucesso no Brasil é o Vale dos Vinhedos (RS), onde a cooperação entre produtores rurais transformou a região em um destino enoturístico consolidado, demonstrando a força da governança privada (Tonini; Lavandoski, 2011).

No Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) desempenha papel relevante na indução desses arranjos, com o lançamento do projeto nacional de APLs em 2004, assumiu um papel de articulador fundamental, promovendo a cooperação e a organização territorial de forma setorial e horizontalizada. Tais modelos de governança mista representam uma alternativa viável para municípios fora do mapa, pois permitem que a estrutura de roteiros e rotas seja organizada e promovida pela iniciativa local, suprimindo o vazio institucional deixado pela ausência de políticas públicas federais (Feger et al., 2008).

3 METODOLOGIA

No intuito de atingir os objetivos propostos, o delineamento da pesquisa caracteriza-se por sua natureza descritiva e pela adoção da abordagem qualitativa. O caráter descritivo se dá em função da descrição e caracterização do fenômeno investigado visando entender o seu funcionamento (Marconi; Lakatos, 1995). A abordagem qualitativa foi adotada por atribuir importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles, além de prezar pelos registros documentais e observacionais (Vieira; Zouain, 2005).

Na operacionalização da pesquisa, foram empregados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Por meio da pesquisa bibliográfica, relacionou-se o turismo rural e a regionalização do turismo para a construção do embasamento teórico do estudo.

Para o trabalho de campo, adotou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa utilizando a triangulação de fontes de dados por meio da análise documental, realização de entrevistas do tipo semi-estruturada e observação *in loco*.

A pesquisa documental, por sua vez, consistiu na coleta de dados sobre o Engenho Conceição e a Rota do Cacau no site e redes sociais do empreendimento, da prefeitura do município de Escada, da Empetur, da SETUR-PE, da Fundaj, bem como em reportagens veiculadas em jornais locais tais como o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, G1, etc., focando os aspectos gerais, a história e as ações efetivamente empreendidas no Engenho, assim como as relações com o poder público, comunidade local, empresas de turismo e visitantes.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas entre o dia 19 de julho de 2025, com os proprietários do Engenho Conceição, Alfredo Côrrea e Erlane Maranhão, e com a Secretaria de Turismo da Prefeitura da Escada, foi solicitado entrevista no dia 22 de julho de 2025, mas a mesma optou responder pelo aplicativo de mensagem (WhatsApp) as perguntas no dia 1 de agosto de 2025. Foi solicitado aos entrevistados a gravação de permissão das entrevistas que tiveram duração média de 30 (trinta) minutos. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro contendo 9 (nove) perguntas abertas, estimulando a conversação entre o(a) entrevistado(a) e a pesquisadora.

O instrumento de coleta de dados consistiu em um roteiro com nove perguntas abertas, elaborado a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico, permitindo flexibilidade

na condução das entrevistas e favorecendo a livre expressão dos entrevistados. As questões foram organizadas em blocos temáticos, definidos previamente, que versaram sobre:

- (I) histórico do empreendimento;
- (II) concepção e motivações para a criação da Rota do Cacau;
- (III) atividades turísticas desenvolvidas;
- (IV) potencialidades do turismo rural no Engenho Conceição;
- (V) limitações e desafios para a consolidação da iniciativa;
- (VI) perspectivas futuras;
- (VII) relação com o poder público municipal;
- (VIII) percepção sobre a ausência do município no Mapa do Turismo Brasileiro; e
- (IX) expectativas quanto à inserção em políticas públicas de turismo.

As observações foram realizadas, na condição de visitante, durante o passeio na Rota do Cacau no Engenho Conceição no dia 19 de julho de 2025, onde foram feitos registros fotográficos e anotações das impressões da pesquisadora.

Os dados coletados por meio das três fontes — documentos, entrevistas e observação — foram tratados e interpretados com base na análise de conteúdo do tipo categorial, conforme proposta por Bardin (2011). As categorias analíticas foram definidas a posteriori, a partir da recorrência temática identificada nos discursos dos entrevistados e em consonância com os objetivos da pesquisa e o referencial teórico construído. Dessa forma, as categorias não foram impostas previamente, mas emergiram do próprio material empírico, assegurando maior rigor e coerência metodológica. Para o confronto e cruzamento dos dados, utilizou-se o suporte da ferramenta de inteligência artificial Gemini IA.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Turismo Rural no município de Escada-PE

O município de Escada, localizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, a cerca de 60 km do Recife, possui uma forte herança ligada ao ciclo da cana-de-açúcar, marcada pelos engenhos, casarões coloniais e manifestações culturais que atravessaram séculos. Com cerca de 70 mil habitantes, a cidade — conhecida como “Terra dos Barões” — reúne elementos históricos e naturais que favorecem a prática do turismo rural, incluindo engenhos preservados, capelas antigas, trilhas, cachoeiras e museus dedicados à memória local (Jornal do Commercio, 2022).

Essa percepção também foi confirmada na entrevista com a Secretaria de Turismo, que destacou a importância do patrimônio histórico como base para a estruturação do turismo

rural no município. Segundo a gestora, “Escada tem uma história muito rica, ligada ao patrimônio histórico, natural e cultural, e isso é um diferencial que pode ser transformado em produto turístico, principalmente no meio rural” (Secretaria de Turismo de Escada, 2025).

O patrimônio histórico e cultural confere ao município de Escada potencial para o desenvolvimento do turismo rural. Conforme a entrevista com a secretária de Turismo, desde 2020 o município tem buscado resgatar e organizar esse potencial turístico por meio de projetos estruturados, como a Rota dos Barões, o Circuito das Capelas e o Museu do Turismo Rural de Escada — o primeiro do estado voltado especificamente ao turismo rural. Essas iniciativas demonstram uma tentativa de institucionalizar o potencial turístico e dar visibilidade a práticas já existentes, além de estruturar uma narrativa que valoriza o legado histórico e cultural da região.

Entretanto, o turismo rural no município enfrenta desafios significativos no que tange à estruturação e ao apoio do poder público. A secretária de Turismo destacou problemas como infraestrutura insuficiente (sinalização turística, acessos, serviços de apoio), recursos financeiros limitados e a necessidade de maior capacitação profissional para atender à demanda. Esses pontos foram reforçados durante a visita *in loco* ao Engenho Conceição, onde se constatou a ausência de sinalização adequada, pouca organização na dinâmica das atividades e a inexistência de acessibilidade.

Tais deficiências estruturais impactam diretamente a qualidade da experiência turística. Segundo Goerck (2017), para que o turista tenha uma experiência satisfatória, é essencial que o destino ofereça infraestrutura adequada, com equipamentos e serviços capazes de garantir um bom acolhimento.

Além de infraestrutura inadequada, a ausência de Escada no Mapa do Turismo Brasileiro evidencia as fragilidades do município em atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo, como planejamento, políticas de incentivo e, sobretudo, governança, já que exige um conselho municipal de turismo ativo (MTur, 2024).

Ainda assim, o turismo rural tem mobilizado a comunidade local, tanto por meio da participação em iniciativas de preservação, quanto pelo envolvimento em projetos culturais fomentados pela Lei Aldir Blanc (2024), bem como pelo cadastro de agentes culturais. Essa integração entre patrimônio material e imaterial revela como o turismo rural em Escada pode atuar como vetor de desenvolvimento territorial, desde que seja acompanhado de maior apoio institucional e de estratégias de regionalização que conectem o município a circuitos mais amplos.

Nesse sentido, a gestão local tem buscado alternativas para fortalecer o setor, entre elas a participação no programa LIDER Mata Sul, promovido pelo Sebrae-PE, que reúne municípios vizinhos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento regional por meio da cooperação em áreas como turismo, agronegócio e cultura. A participação no referido programa, conforme reportado pelo Sebrae (2025), é uma estratégia de governança regional (mista) que busca promover a articulação entre os *stakeholders* locais, sendo crucial para o sucesso de iniciativas como a Rota do Cacau.

A importância dessa articulação também foi ressaltada pelos proprietários do Engenho Conceição, ao afirmarem que “sem parceria, principalmente com o Sebrae e outros engenhos, fica muito difícil estruturar o turismo rural sozinho” (Proprietários do Engenho Conceição, 2025). Essa fala evidencia o papel crescente de instituições privadas e organizações de apoio técnico no fortalecimento de iniciativas turísticas locais, conforme discutido por Souza e Klein (2019).

Os dados empíricos indicam que o turismo rural em Escada apresenta potencial para atuar como vetor de desenvolvimento socioeconômico, desde que seja adequadamente estruturado e apoiado por estratégias de governança territorial. Feger et al. (2008) enfatizam que, em Arranjos Produtivos Locais (APLs), o sucesso depende justamente da densidade das relações de cooperação estabelecidas entre os atores. Em Escada, a relação entre o poder público (que tenta estruturar a base via cultura) e o setor privado (que estrutura o produto via Sebrae) ainda é assimétrica. Enquanto o privado avança na formatação do produto "Rota do Cacau", o público ainda luta para garantir a governança territorial básica.

Em termos de impacto social e econômico, o turismo nas áreas rurais, quando devidamente estruturado e planejado, ocorre de forma saudável e sustentável. Os proprietários do engenho destacaram que a atividade turística tem contribuído para a diversificação da renda e para a valorização do patrimônio local, afirmando que “o turismo trouxe uma nova forma de gerar renda e de mostrar a história do engenho para pessoas que antes não conheciam” (Proprietários do Engenho Conceição, 2025).

Rodrigues (2000) aponta que a interação econômica entre turistas e comunidade é o que fortalece os laços locais. A consolidação desse segmento depende do fortalecimento da governança local, da ampliação das parcerias institucionais e da inserção do município em estratégias regionais mais amplas, capazes de integrar o território a circuitos turísticos estruturados.

4.2 O Engenho Conceição e a Rota do Cacau

O Engenho Conceição de Cima, localizado no quilômetro 135 da BR-101, em Escada, é um importante marco do patrimônio rural do município. Fundado em 1841, pelo Visconde de Utinga, o engenho preserva até hoje características originais, destacando-se pelo casarão em estilo colonial, mobiliado com peças antigas que remetem ao período áureo da produção açucareira em Pernambuco (G1, 2021).

O engenho foi dado à família de Alfredo Côrrea como dote do casamento com a filha do Visconde de Utinga e permanece como herança familiar desde então. Durante a pandemia, os herdeiros decidiram residir no engenho e investiram na revitalização do patrimônio histórico e em diferentes cultivos, encontrando no cacau uma alternativa viável e diferenciada para a região. O cultivo do cacau, até então uma novidade para as gerações atuais, foi estimulado pelo governo federal no final da década de 1990, juntamente com a mamona, como explicou, em entrevista, Alfredo Côrrea.

Com isso, o espaço foi adaptado para receber visitantes, preservando sua estrutura original e integrando o cultivo do cacau nas visitas. Conforme relatado por Alfredo Côrrea, a partir desse cultivo, as irmãs Tereza e Valéria tiveram a ideia do chocolate artesanal Alteva, marca que representa as iniciais dos irmãos Alfredo, Tereza e Valéria.

O chocolate Alteva é o primeiro “tree to bar” de Pernambuco, que é um diferencial competitivo no mercado. O conceito “tree to bar” (da árvore à barra) significa que toda a cadeia produtiva, desde o cultivo e colheita do cacau até a produção final da barra de chocolate, é realizada dentro da própria fazenda ou propriedade, garantindo a qualidade e o controle total sobre o processo (SEBRAE, 2024). Com o sucesso inicial da produção, perceberam a oportunidade de unir a atividade agrícola ao patrimônio histórico do engenho e abrir o espaço à visita turística.

A experiência turística oferecida inclui trilhas até as plantações, visita guiada pelo próprio herdeiro sobre a história do engenho e degustação e venda do chocolate na loja física e também online. A vivência é participativa, permitindo que os visitantes se aproximem tanto do processo produtivo quanto da memória histórica do local. O caráter participativo, no qual os visitantes interagem diretamente com o espaço e o produto, foi destacado tanto no roteiro de observação quanto nas entrevistas. Essa dinâmica se alinha ao que Rodrigues (2000) e Lima Filho et al. (2004) descrevem como característica do turismo rural: a valorização das tradições locais e a promoção de experiências que fortalecem o vínculo entre o visitante e o ambiente rural.

No entanto, alguns desafios são evidentes. O empreendedor destacou as dificuldades de início do projeto e a ausência de apoio público efetivo da Secretaria de Turismo. Ele mencionou ter procurado o órgão, mas não obteve retorno, e acrescentou que as ações da atual gestão pública municipal estão mais voltadas para eventos do que para o fortalecimento de rotas. Há problemas com infraestrutura turística (acessibilidade, sinalização e divulgação). Segundo o entrevistado, o Sebrae-PE é o principal parceiro, auxiliando no design de embalagens, oficinas de desenvolvimento regional e metas estratégicas para turismo e comércio local.

Apesar dessas dificuldades, o Engenho vem recebendo principalmente grupos escolares e visitantes da região metropolitana do Recife, com capacidade para até 60 pessoas em suas trilhas, como Alfredo relatou em entrevista. Tendo em vista que a comercialização do chocolate depende em 80% do fluxo turístico, revelando a vulnerabilidade da atividade frente à sazonalidade das visitas, em julho de 2025, foi inaugurada a Pousada Sitio do Engenho Conceição com 8 leitos, visando aumentar o fluxo de turistas.

Em médio e longo prazo, a família vislumbra a expansão da pousada, a centralização da produção de chocolate no próprio engenho, a criação de uma loja e a formalização de uma rota maior que integre outros engenhos da Mata Sul, o que possibilitará a criação de uma rota turística como estabelece o PRT.

Para a correta caracterização do objeto de estudo, faz-se necessária a distinção conceitual entre atrativo, roteiro e rota. Segundo Boullón (2002), o atrativo turístico é a matéria-prima do turismo, definido como todo lugar, objeto ou acontecimento capaz de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-lo. Sob essa ótica, o Engenho Conceição configura-se como um atrativo turístico isolado.

Já a distinção entre rota e roteiro é estabelecida por Gonçalves e Ribeiro (2016) a partir da operacionalização e da dimensão territorial. Os autores definem o Roteiro como o planejamento detalhado da visita organizado no tempo, ou seja, um itinerário lógico de atividades (chegada, visita guiada, degustação, retorno). Em contrapartida, a Rota refere-se a um percurso continuado e delimitado geograficamente que conecta múltiplos atrativos e destinos, reforçando uma identidade regional. Portanto, enquanto o Engenho Conceição opera atualmente um *Roteiro* de visitação interna, a iniciativa 'Engenhos e Artes' busca a estruturação de uma *Rota* turística regional.

Em entrevista, o proprietário mencionou que existem passos concretos no sentido de criação da Rota Engenhos e Artes, reunindo cinco engenhos da Mata Sul, em municípios

como Escada, Ribeirão e Primavera, com produtos variados como queijo, flores tropicais e cavalos, ampliando o alcance do turismo rural na região. Essa iniciativa demonstra o potencial de Escada em integrar circuitos regionais de turismo, apesar de estar de fora do Mapa do Turismo Brasileiro, e que existe movimento local em prol da integração regional, alinhado aos princípios do Programa de Regionalização do Turismo.

De acordo com Araújo (2017), quando bem planejadas, as rotas turísticas têm o potencial de gerar diversos benefícios econômicos e sociais. Elas podem estimular o desenvolvimento de infraestruturas voltadas ao turismo, como restaurantes, lojas e quiosques, criando oportunidades de consumo ao longo dos trajetos. Além disso, favorecem a geração de empregos diretos e indiretos, ampliam os mercados turísticos e contribuem para aumentar o tempo de permanência dos visitantes nas regiões, por meio da oferta diversificada de atrações e atividades.

A experiência turística ofertada pelo Engenho Conceição, denominada Rota do Cacau, insere-se no conjunto de iniciativas de turismo rural desenvolvidas na Zona da Mata Sul de Pernambuco, demonstrando o potencial dessa atividade para dinamizar economias locais, valorizar tradições culturais e estimular processos de inovação produtiva. O Engenho Conceição destaca-se como um exemplo de empreendedorismo rural que, mesmo diante de limitações institucionais e da ausência de apoio direto do poder público municipal, vem estruturando uma proposta de visitação turística com resultados positivos e perspectivas de fortalecimento do turismo no território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o desenvolvimento da Rota do Cacau no Engenho Conceição, em Escada-PE, compreendendo as dinâmicas do turismo rural no município que possui um forte potencial para o desenvolvimento dessa modalidade, apoiado em sua herança açucareira, nos engenhos preservados e nas manifestações culturais que integram a identidade local, embora esteja fora do Mapa do Turismo Brasileiro por não fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do Ministério do Turismo.

A análise empírica evidenciou que a iniciativa turística desenvolvida no Engenho Conceição emerge, prioritariamente, a partir do esforço e da articulação da família proprietária. Conforme relatado por Alfredo Côrrea em entrevista, a estruturação da visitação, a adaptação do espaço para receber turistas e a integração entre produção agrícola, patrimônio histórico e turismo ocorreram sem apoio direto da Secretaria Municipal de Turismo, sendo o Sebrae-PE apontado como o principal parceiro institucional ao longo do processo. O

entrevistado destacou, ainda, dificuldades relacionadas à ausência de retorno do poder público municipal e à priorização de eventos pontuais em detrimento do fortalecimento de rotas e produtos turísticos permanentes.

Embora existam projetos e iniciativas da secretaria municipal de turismo voltados para o fortalecimento desse segmento, como o Museu do Turismo Rural de Escada e as rotas temáticas desenvolvidas pela gestão municipal, como a Rota dos Barões, Circuito das Capelas, Passos da Escravidão e Estradas Mal-assombradas, ainda há desafios estruturais e institucionais que limitam a consolidação do turismo como atividade econômica significativa. Falta de infraestrutura, divulgação restrita e capacitação limitada são entraves recorrentes apontados pelos entrevistados.

A ausência de apoio institucional efetivo e as carências estruturais limitam o crescimento da iniciativa e a consolidação do turismo rural como atividade econômica significativa para o município. A manutenção de Escada fora do Mapa do Turismo Brasileiro acarreta a dificuldade no acesso a políticas públicas e recursos específicos do setor. Isso reforça as desigualdades regionais e a notória concentração dos investimentos e visibilidade turística nas regiões litorâneas e metropolitanas (Fonseca et al., 2022), o que acentua os desafios para localidades do interior com potencial turístico, mas que estão em fase inicial de estruturação. Portanto, é imperativo que o município de Escada se integre à política pública nacional de regionalização do turismo e estabeleça articulação e cooperação entre os municípios da zona da mata sul pernambucana e seus diversos atores públicos, privados e da sociedade civil, seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo (2007).

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se o número restrito de duas entrevistas, a dificuldade de acesso a dados atualizados sobre políticas públicas locais e a ausência de informações oficiais recentes sobre o processo de inserção de Escada no Mapa do Turismo Brasileiro. Além disso, a análise se concentrou em apenas um empreendimento, o que reduz a abrangência do estudo em relação a outras experiências de turismo rural existentes na região.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre a integração regional entre os municípios da Mata Sul de Pernambuco, especialmente focando na iniciativa em gestação da Rota Engenhos e Artes.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANDRADE, Ilário Caubi Fraga de. **As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do Mapa do Turismo Brasileiro - 2019 (MTur)**. Turismo: Visão e Ação, Balneário Camboriú, v. 23, n. 2, p. 435-457, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/RWCsmFNPB3yb3JCJpNd5fxw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 dezembro 2025.

ARAÚJO, S. F. da S. **Rotas Turísticas e Sistemas de Recomendação no Norte de Portugal: uma análise do perfil do visitante**. 2017. f. 160. Dissertação (Mestrado em Gestão de Turismo), Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP.

BARBOSA, José Willamy de Queiroz. **Segmentação turística: conceitos e realidades**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 18, 2024. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2826>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Hélio. **Planejamento e gestão: vetores para um turismo competitivo e sustentável?** Universidade de Caxias do Sul, 2010. VI Seminário de Turismo. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/Planejamento%20e%20gestao%20vetores%20para%20um%20turismo.pdf. Acesso em: 05 novembro 2025.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Planalto-Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 Julho 2024.

COSTA, Eduardo Oliveira da. **Avaliação da gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo em Pernambuco**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2024.

CUNHA, L. **Turismo em Portugal: políticas e governança**. 2013.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Roteiro turístico em engenhos da Mata Sul promete incremento de R\$ 1 milhão na economia**. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/economia/2025/10/11699156-roteiro-turistico-em-engenhos-da-mata-sul-promete-incremento-de-rs-1-milhao-na-economia.html>. Acesso em: 29 outubro 2025.

EMPETUR. **Relatório Integrado de Gestão 2023**. Recife: Empresa Pernambucana de Turismo, 2023. Disponível em: https://www.empetur.pe.gov.br/images/transparencia/governanca_corporativa/relatorio_integrado_de_gestao/relatorio-integrado-2023-emp_compressed.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

FEGGER, José Elmar et al. **Regionalização do turismo: uma análise espacial do Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade**. Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica, v. 3, n. 4, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/oit/article/view/5730/4441>. Acesso em: 04 dezembro 2025.

FONSECA, M. A. P.; COSTA, W. F.; FAGERLANDE, S. M. R.; TODESCO, C. **Urbanização e desenvolvimento desigual do turismo no litoral brasileiro**. Mercator (Fortaleza), v. 21, e21013, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Ns697zR3CBjh3V7ZwS5MnWr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 novembro 2025.

FURTADO, A. S.; PEREIRA, F. M. **Turismo rural como alternativa para o desenvolvimento de pequenos produtores**. Campinas: Embrapa Territorial, 2023. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1157758/1/6175.pdf>. Acesso em: 18 novembro 2025.

G1. **Engenho une produção de cacau, história e turismo rural em Escada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2021/11/25/engenho-une-producao-de-cacau-historia-e-turismo-rural-em-escada.ghtml>. Acesso em: 28 junho 2024.

GOERCK, G. U. **Turismo rural na agricultura familiar: análise dos subsídios repassados aos agricultores pelas entidades ligadas à área rural em Santa Cruz do Sul**. ÁGORA (UNISC. ONLINE), v. 19, p. 75, 2017.

GOV.BR. **Em 10 anos, turismo contribuirá com us\$16 trilhões na economia dos países, estima wtcc**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-10-anos-turismo-contribuira-com-us-16-trilhoes-na-economia-dos-paises-estima-wtcc#:~:text=O%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Econ%C3%B4mico,de%208%25%20do%20PIB%20nacional..> Acesso em: 30 junho 2024.

GOV.BR. **Ministério do turismo lança publicação com tendências para o setor**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-turismo-lanca-publicacao-com-tendencias-para-o-setor>. Acesso em: 30 junho 2024.

GOV.BR. **Pesquisa aponta que 74% dos turistas escolhem o turismo rural pela proximidade com a natureza**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-aponta-que-74-dos-turistas-escolhem-o-turismo-rural-pela-proximidade-com-a-natureza>. Acesso em: 28 junho 2024

GONÇALVES, L. M.; RIBEIRO, R. M. **Rota e Roteiro: desafios para uma nova conceituação**. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2016. Anais... Itabaiana: UFS, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320687095_Rota_e_Roteiro_desafios_para_uma_nova_conceituacao. Acesso em: 18 novembro 2025.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.

JORNAL DO COMMERIO (PE). **Poucos engenhos são abertos a visitação na zona da mata de Pernambuco**. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/turismo/noticia/2019/11/26/amp/poucos-engenhos-sao-abertos-a-visitacao-na-zona-da-mata-de-pernambuco-393392.php>. Acesso em: 28 junho 2024.

JORNAL DO COMMERIO (PE). **Escada: o município pernambucano que surpreende com engenhos e cachoeiras**. 18 mar. 2022. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/blogs/turismo-de-valor/2022/03/14961885-escada-o-municipio-pernambucano-que-surpreende-com-engenhos-e-cachoeiras.html>. Acesso em: 28 junho 2024.

LANE, B. **What is rural tourism?** Journal of Sustainable Tourism, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA FILHO, D. O.; MAIA, F.S.; SPROESSER, R.L.; GONCALVES, A.F.; AMARAL, G.P.G. & SANTOS, A.M. **O turismo rural e o pequeno agricultor**. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Anais..., 2004.

LIMA FILHO, D. O.; MORAES, R. S.; SCHNEIDER, S. **Turismo rural e desenvolvimento local: experiências de diversificação econômica em áreas rurais do Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 42, n. 3, p. 501-528, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); MINISTÉRIO DO TURISMO. **Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Brasília, DF: MDA/MTur, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/panorama-turismo-rural-e-agricultura-familiar_compressed.pdf?

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do turismo e do mercado**. Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo - BIMT: Turismo Rural**. 7ª ed. Brasília, DF: MTur, 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro – Orientações 2024**. Brasília: MTur, 2024. Disponível em: <https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/vers%C3%A3o%202024%20-%20Orient%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro – Apresentação**. Brasília: MTur, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/eventos/fntu/viiifntu/apresentacoes/evento-95-regionalizacao-e-o-mapa-do->

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego, renda e inclusão social para os brasileiros**. Brasília: MTur, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-/2022-pdf/view>. Acesso em: 27 maio 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Glossário do Turismo**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/glossario>. Acesso em: 12 julho 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Pesquisa “Demanda Turismo Rural”**. 2ª edição. Parceria com a SPRINT Dados e Rede Turismo Rural Consciente (Rede RDC). Disponível em: <https://www.sprintdados.com.br/turismorural>.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mais da metade dos municípios brasileiros está no Mapa do Turismo**. Brasília: MTur, 2023. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?Itemid=121&catid=17&id=249%3Aregionalizacao-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros-esta-no-mapa-do-turismo&option=com_content&view=article. Acesso em: 04 novembro 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: EMBRATUR, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/diretrizes-para-o-desenvolvimento-do-turismo-rural.pdf>. Acesso em: 04 novembro 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 2: Mobilização**. Brasília: MTur, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulo_operacional_2_mobilizacao.pdf. Acesso em: 05 novembro 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: Perguntas e Respostas**. Brasília: MTur, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/programa-de-regionalizacao-do-turismo/perguntas_respostas_categorizacao_2016.pdf. Acesso em: 05 novembro 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Portaria MTur nº 9, de 24 de abril de 2025**. Brasília: MTur, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos-2/2025/portaria-mtur-no-9-de-24-de-abril-de-2025>. Acesso em: 05 novembro 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Apoio à Promoção e Comercialização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulo_operacional_8_promocao_e_apoio_a_comercializacao.pdf. Acesso em: 18 novembro 2025.

NÓBREGA, Pâmela Laís Arruda. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53853>. Acesso em: 24 maio 2025.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio, RIEDL, Mário (Org.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. p. 51-69.

SEBRAE PR 2023 -
Relatorio-de-Inteligencia-Turismo-rural-como-Fonte-de-Renda-para-Pequenas-Propriedades-18-a-20-Marco-2023

SEBRAE. **Programa LIDER encerra ciclo na Mata Sul e consolida governança regional.** Recife, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://pe.agenciasebrae.com.br/cultura-empreededora/programa-lider-encerra-ciclo-na-mata-sul-e-consolida-governanca-regional/>. Acesso em: 14 novembro 2025.

SILVA, J.G.; VILARINHO, C.; DALE, P.J.; **Turismo em áreas rurais**. In: ALMEIDA, JA; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J.M. (org.). Turismo rural e desenvolvimento. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

SILVA, Janaína da; COSTA, Luan Felipe. **A regionalização no Programa de Regionalização do Turismo: da idealização à (não) concretude**. Revista Brasileira de Estudos de Turismo, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383863189_A_regionalizacao_no_Programa_de_Regionalizacao_do_Turismo_da_idealizacao_a_nao_concretude. Acesso em: 24 maio 2025.

SILVA, Rodrigo Cardoso da; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; BICALHO, Dimas Magalhães; SOUSA, Rachel Moreira. **Programa de Regionalização do Turismo: análise comparativa dos indicadores turísticos nos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte**. Ar@cne: Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales, n. 234, set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347935577_PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_ANALISE_COMPARATIVA_DOS_INDICADORES_TURISTICOS_NOS_ESTADOS_BRASILEIROS_DE_SANTA_CATARINA_RIO_DE_JANEIRO_E_RIO_GRANDE_DO_NORTE. Acesso em: 27 maio 2025.

SILVA, Rodrigo Cardoso da. **Política de regionalização de turismo no interior potiguar: articulação, entraves e efetividade**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SOLHA, K.T. **O turismo rural como objeto de estudo nas pesquisas acadêmicas: a realidade brasileira**. Atas do VII CITURDES, 2012. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/pasosrep7.pdf>. Acesso em: 17 outubro 2025.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane; RODRIGUES, Renata Gonçalves. **Turismo rural: conceitos, tipologias e funções**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/193834/001092646.pdf>. Acesso em: 04 novembro 2025.

SOUZA, M. de; KLEIN, A. L. **Normativas, regulamentações e políticas públicas para o turismo rural**. In: Marcelino de Souza; Tissiane Schmidt Dolci. (Org.). Turismo rural: fundamentos e reflexões. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 41 - 60, 2019.

TONINI, H., & LAVANDOSKI, J. **Enoturismo: experiências e sensações no Vale dos Vinhedos (RS)**. Revista Turismo Em Análise, 22(1), 25-43. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i1p25-43>. (2011)

TURQUEST. **Regionalização e Governança no Território – 18ª Temática do ECOS do TURISMO**. Participação: Nilsa Sosa; Ana Paula Figueira; Fausi Kalaoum. Mediação: Aline Patrícia Henz. YouTube, 18 nov. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DfkIIIUHjOA>. Acesso em: 01 dezembro 2025.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZIMMERMANN, A **Turismo no Espaço Rural e Natural**. [on line] 1995. Disponível: <http://www.zimmermann.com.br/espaco.htm>. [capturado em 09 de setembro de 1995]

ZIMMERMANN, A **Pousadas Rurais & Hotéis Fazenda**. [on line] 1999. Disponível: <http://www.zimmermann.com.br/propriedades.htm>. [capturado em 21 de maio de 1999]

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Background Note – 2020 Year of ‘Tourism and Rural Development**. Madrid: UNWTO, 2020.